



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1555

Ensaio sobre História da África: o uso da antropologia para análise dos relatos de viajantes

Carlos Eduardo Rodrigues
Mestre em História UEM

Resumo. Muitos viajantes foram a para África ao longo do século XIX com o objetivo de desbravar o chamado “continente misterioso”. No decorrer do percurso, esses viajantes entraram em contato com os habitantes do interior e descreveram seu cotidiano em relatos de viagens. Em meio às descrições, encontramos informações sobre as relações econômicas, que constituem o nosso objeto de investigação. Assim, a função dessa comunicação é apresentar ao público as possibilidades que a teoria antropológica tem para investigar sistemas econômicos não capitalistas, o objetivo é aplicar essa teoria nos relatos de viajantes que foram para África ao longo do século XIX. Com base em autores que discutem a relação entre antropologia, cultura e econômica, como Belshaw, Shalins, Mintz e outros, a metodologia de trabalho será dividida em três frentes: 1) contextualizar e analisar os relatos de viajantes com base nos referenciais teórico da história; 2) selecionar, dentro dos relatos de viajantes, as menções ao comércio, em especial, as narrativas que apontam os produtos, os consumidores, os locais de trocas, etc.; 3) depois de selecionado os trechos, aplicam-se os referenciais teóricos da antropologia, para assim alavancarmos algumas questões sobre o funcionamento desse comércio: Quem comprava? Quem vendia? Como funcionavam as trocas? Quais eram os lugares de comércio? Quais as transformações que isso ocasionou no interior do continente? Entre outras. Com isso esperamos que a antropologia auxilie na compreensão das relações de comércio no interior da África e traga conhecimentos novos e mais detalhados acerca da história deste continente.

Palavras-chave: Antropologia; História da África; Relatos de viajantes.

Introdução

O que se pretende com essa comunicação é apresentar uma proposta inacabada de estudo sobre as sociedades africanas do passado. Como se trata de um projeto ainda em construção, as argumentações apresentadas aqui tem um caráter ensaísta e visa sugerir caminhos para a análise de relatos de viajantes por intermédio da antropologia. O texto foi dividido em três pontos: 1º) a antropologia entra no universo da história; 2º) a antropologia econômica; 3º) a relação entre antropologia, História da África e os relatos de viajantes.

Antes de iniciar o debate faz-se necessário apontar os caminhos dos quais se pretende seguir: 1) o objetivo não é substituir a historiografia sobre relatos de viajantes pelos referenciais teóricos da antropologia, antes de qualquer coisa estamos trabalhando com fontes históricas e por isso os cuidados metodológicos para o estudo do passado devem ser preservados; 2) tendo em mente o que foi apresentado no ponto 1, adotamos os conceitos-chaves da antropologia de trocas, que foram exaustivamente debatido e aplicados para a interpretação da relação entre cultura e economia e para a compreensão das sociedades que, no século XX, se encontravam nas margens dos modelos capitalistas e socialistas.

Como metodologia de trabalho a aplicação dos referenciais teóricos da antropologia em relatos de viajantes deve levar em consideração duas coisas: 1) é um trabalho de história e não devemos pensar que as sociedades do interior da África estavam “paradas no tempo”, como pensavam os antropólogos do final do século XIX e começo do século XX; 2) através dos referenciais teóricos da antropologia, podemos identificar alguns aspectos particulares da organização social do trabalho e do comércio dentro dessas sociedades: os consumidores, os vendedores, as distinções de classe social de acordo com a divisão do trabalho, a logística de distribuição dos produtos, os locais onde se executavam as trocas, etc.

Desenvolvimento

O primeiro ponto a ser abordado diz respeito à relação entre história e antropologia. Foi no transcorrer das décadas de 1970 e 1980 que a terceira geração da *Escola dos Annales* começou a usar os referenciais teóricos da antropologia para a compreensão do fenômeno histórico. Preocupados com as questões do tempo presente, que envolvia os contextos político-econômicos dos países de Terceiro Mundo, as lutas contra as ditaduras Civil-Militar na América Latina, as independências dos países africanos e as guerras indiretas entre EUA e URSS na Ásia (Guerra da Coreia (1950 a 1953) e do Vietnã (1959 a 1975)), os pesquisadores europeus notaram que a produção científica desses lugares fazia um combate radical a história produzida na Europa, que na maior parte das vezes se traduzia com a “história da humanidade”:

[...] O Ocidente fica com a impressão de que não faz mais a história humana, mas a história da humanidade. No Terceiro Mundo, que recusa essa história em um combate muitas vezes radical, os intelectuais ocidentais ficaram também tentados a jogar para o alto o passado impecável de sua sociedade e a lançar um olhar sobre o mundo mais espacial do que temporal. Tal reviravolta favorece o discurso antropológico, etnológico e estruturalista [...] (DOSSE, 1992, p. 167).

É nesse contexto que a antropologia entra com proeminência na disciplina de história e surgem os estudos sobre culturas populares, os marginalizados, aqueles avessos ao conceito de cultura e valores pré-definidos e socialmente aceitos pela sociedade. De certa forma, essa nova maneira de fazer a história é um questionamento do que hoje chamamos de cultura ocidental, que até aquele momento era dada como certa, inevitável e que mais cedo ou mais tarde iria englobar todo o planeta de modo a garantir a paz e o progresso eterno.

A partir da análise do que se produzia academicamente no Terceiro Mundo, textos de contestação política e social pelas classes subalternas na América Latina e construção da identidade nacional na África, a terceira geração dos *Annales* procurou questionar a organização social e política de seus próprios países. Com isso descobriram a existência de diferentes culturas, que tinham vida própria e se relacionavam em meio a grande cultura ocidental. Essa constatação obrigou os pesquisadores a buscarem novos métodos de análise histórica, surgindo assim à história sociocultural, que para Dosse (1992, p. 169)

[...] nada mais é do que uma história que tomou emprestada a roupagem etnológica, fato que permite a Lévi-Strauss constatar: "Tenho a impressão de que nós fazemos a mesma coisa. O grande livro de história é um ensaio etnográfico sobre as sociedades do passado" [...].

Essa nova forma de abordagem da história dentro do campo dos *Annales* representa uma mudança significativa na postura teórica dos pesquisadores. A história social e econômica, frente pioneira da Nova História, ao poucos começa a perder espaço para a história sociocultural. A antropologia que no começo dos *Annales* tinha pouco peso na escrita historiográfica começa

a ganhar espaço e temas como representação social e mentalidades passam a ocupar o lugar que antes pertencia a economia, a sociologia e a geografia. O campo econômico foi subordinado à cultura e nas palavras de Marc Augé, presidente da revista dos *Annales* em 1985, os historiadores do período procediam dessa maneira:

[...] Pode-se dizer que questionamos primeiro o sentido, a ordem do aspecto cultural, se isso corresponde a alguma coisa, mas o que estamos a ponto de descobrir é se o econômico pode ser parte integrante deste sentido ou dessa ordem do cultural (apud DOSSE, 1992, p. 142).

Deste modo, os estudos sobre história econômica ficaram em segundo plano entre os historiadores fiéis a corrente dos *Annales* pós 1970. Algo parecido aconteceu entre os antropólogos que pesquisavam a relação entre cultura e economia, ou seja, o campo teórico da antropologia econômica que é tema no nosso segundo ponto.

Os primeiros estudos sobre antropologia econômica nascem da curiosidade pelos meios técnicos e os utensílios de trabalhos que estavam reunidos em coleções e museus, usava-se a técnica de comparação que era aplicada especialmente nas disciplinas de arqueologia e pré-história. Esse método de análise demonstrava-se naturalista e se ocupava em descrever apenas os utensílios, a fabricação e sua utilidade. Além disso, era dotada de espírito positivista, pois para os pesquisadores do período o social e o cultural de uma sociedade eram determinados pela evolução da técnica e da tecnologia aplicada para a transformação da natureza.

Nessa primeira fase a antropologia econômica tinha uma abrangência muito local e não se preocupava com os aspectos socioculturais. No entanto, para o avanço da disciplina havia a necessidade de uma perspectiva global, onde os utensílios fossem entendidos como algo além de simples objetos e que permitisse compreender como o conhecimento prático atuava nos mecanismos sociais, políticos e religiosos.

Essa mudança no modo de pensar surge com os trabalhos de Franz Uri Boas (1858-1942) sobre a *Potlach* e Bronisław Kasper Malinowski (1884-1942) sobre o *Kula*. Os trabalhos de ambos comprovaram que as sociedades

consideradas primitivas pelos antropólogos do século XIX são na verdade sociedades complexas, com uma grande produção de bens e em permanente circuito de trocas comerciais que vão muito além das necessidades básicas.

Marcel Mauss (1872-1950), aprofundando as pesquisas iniciadas por Boas e Malinowski, colocou o fato social como parte integrante da relação de reciprocidade de trocas. A economia seria por definição circulação e redistribuição, e por isso o autor considerava que nas sociedades ditas “primitivas” existia um sistema econômico que ia muito além da auto-suficiência, e que só poderia ser compreendida em uma relação de face a face entre o grupo e a natureza.

Apesar desse amplo campo de estudos sobre economia é somente na década de 1950 que a antropologia econômica torna-se amplamente teorizada. Dentro do mesmo contexto dos historiadores econômicos, os antropólogos olharam para os países de Terceiro Mundo, sobretudo para as regiões remotas e lá encontram novos objetos de estudo, ou seja, comunidades inteiras que funcionavam independentemente do sistema capitalista mundial. Em sua maioria consistiam em comunidades agrícolas onde as relações sociais preservavam, desde tempos antigos, as relações tradicionais de produção e redistribuição de bens, das quais iam muito além da simples relação homem/natureza.

Essas comunidades eram consideradas por muitos pesquisadores como pré-capitalistas ou de subsistência e os antropólogos, preocupados em entender as contradições provocadas pela relação capital e trabalho e a monetarização dessas sociedades, tomaram a troca e as relações que ela estabelece com a coletividade como tema chave para suas pesquisas. Os pesquisadores passaram a considerar que:

A troca está em todo o lado: nos efeitos longínquos da economia internacional, na organização dos processos de trabalho, na economia política do símbolo, no próprio funcionamento da reciprocidade em matéria de relações de parentesco. Mas a troca não existe sem produção e é necessário lembrar, conforme nota Meillassoux (1977) “que a produção enraíza-se no trabalho” (COPANS, 1999, p. 73-74).

A partir deste momento a troca ganhou maior espaço entre os antropólogos e passou a englobar quase toda a produção acadêmica do período. Os resultados foram inúmeros trabalhos acerca da organização camponesa, a influência da cultura na economia, pesquisas sobre as estruturas econômicas, etc. O objetivo geral destes trabalhos consistia em compreender as causas do desenvolvimento e subdesenvolvimento dos países, sobretudo os do Terceiro Mundo.

Nesse contexto, o marxismo estruturalista dos anos de 1960 aparece como força de renovação nos estudos sobre antropologia econômica. Partindo das teses de Marx essa escola desenvolveu novas ferramentas teóricas para atacar e/ou repensar a antropologia simbólica, ecologia cultural, antropologia social britânica e o próprio estruturalismo. Os estudos sobre as comunidades pré-capitalistas direcionaram seus esforços sobre as estruturas de relações sociais, atribuindo a elas as forças determinantes para o desenvolvimento e não mais ao ambiente natural e/ou na tecnologia (ORTNER, 2011).

A influência da teoria de troca e do estruturalismo marxista impactou o campo da antropologia econômica. No contexto de Guerra Fria a constante preocupação dos antropólogos em compreender as sociedades tradicionais e a forma como elas se modificavam frente ao avanço do capitalismo colocou a troca como um denominador comum para a interpretação da cultura, economia e sociedade. No entanto, qual a relação entre as teorias de trocas, a História da África e os relatos de viajantes? Pois bem, esse é o tema do nosso terceiro ponto.

Leví-Strauss (2003), ao escrever a introdução do livro *Antropologia e Sociologia* de Mauss, sugere que a vida em sociedade pode ser interpretada através de uma elaborada teoria de troca. O autor apresenta a troca como um denominador comum entre as atividades sociais que, aparentemente, se expõem como heterogeneias entre si. Para Lévi-Strauss a troca se comporta como uma certeza lógica, já que os intercâmbios entre as pessoas envolvem questões sobre dignidade, respeito, privilégios, hierarquia social, parentesco, etc., ou seja, fatores que vão além dos objetos materiais e que acabam cumprindo o mesmo papel sociológico.

Partindo dessa premissa, ao lermos alguns relatos de viajantes que foram para a África no século XIX percebemos semelhanças entre as descrições feitas pelos viajantes com as sociedades estudadas pelos antropólogos no século XX. Com isso não quero ser anacrônico e muito menos afirmar que as sociedades africanas estavam estáticas no tempo, também discordo dos estruturalistas que reduziam o seu funcionamento às estruturas funcionais. A proposta que levanto aqui se refere à utilização das matrizes teóricas desses antropólogos que, igualmente como os historiadores das décadas de 1950 e 1960, estavam preocupados com as questões de desenvolvimento econômico.

Como se resume a proposta? A ideia surgiu durante a elaboração da dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História-PPH da Universidade Estadual de Maringá-UEM em abril de 2015. O título da dissertação é: *De Zanzibar rumo ao interior da África Oriental: o comércio de marfim e escravos segundo o relato de Victor Giraud [1883 a 1885]*. Ao analisar a fonte histórica observa-se o desenvolvimento de uma ampla rede de comércio entre o litoral suaíli (costa da África Oriental da Somália até Moçambique) e o interior da África Oriental.

Esse comércio de longa distância funcionava através de duas economias: 1) a do litoral, governada pelo Sultão de Zanzibar, monetarizada e conduzida pela demanda internacional de marfim, escravos e cravo da Índia; 2) a do interior, governada pelos chefes locais, escambo e direcionada para a demanda regional. Entre essas duas economias existiam as caravanas de comércio, responsáveis pelo transporte de marfim e escravos do interior para o litoral e tecido de algodão e armas de fogo do litoral para o interior. Existiam outros produtos transportados pelas caravanas em ambas às direções, mas esses quatro itens compreendiam os de maior valor de mercado.

Por intermédio da narrativa apresentada pela fonte histórica percebi que as relações comerciais entre chefes africanos e mercadores do litoral seriam melhores interpretadas com o apoio da antropologia econômica. O caráter escambo chamou a atenção quando da análise do relato de Victor Giraud e por isso busquei em autores como Belshaw, Sahlins e Mintz uma luz teórica para compreendê-las.

No artigo *Sistemas de mercado interno como mecanismos de articulación social* (1982), Sidney Mintz (1922), que desenvolveu estudos sobre as comunidades camponesas latinas americanas, compreendeu que a distância com o capitalismo mundial e ausência de um sistema monetário regular não interferia no desenvolvimento do mercado dentro dessas sociedades.

Essa forma de análise me serviu como norte para a hipótese da autonomia dos africanos antes do processo de partilha. No relato de Victor Giraud nota-se que as comunidades do interior que participavam do comércio de marfim e escravos, atuavam independentemente da ação imperialista do sultão de Zanzibar, que apesar do raio de influência econômica atingir o interior do continente de forma indireta, não influenciava de modo direto na organização sociopolítica dessas comunidades. Assim, o mercado capitalista mundial que exercia um poder determinante na economia de Zanzibar, não tinha o mesmo peso sobre as relações sociais internas dessas comunidades, preservando assim a sua autonomia.

É fundamental ressaltar que essa autonomia estava nas funções de governo de seus territórios e por isso os chefes africanos tinham a liberdade de gerenciar o comércio como o litoral suaili. Esse comércio ocorria dentro das *bomas*, um tipo de fortaleza presente no interior da África. No relato de Victor Giraud há várias passagens sobre essas *bomas* das quais exemplificam suas utilidades: centro administrativo (por ser o local onde o chefe se encontra), habitação para os membros da comunidade, defesa e a função de praça de mercado, já que a partir da leitura do relato de Giraud eram dentro da *bomas* que acontecia o comércio com as caravanas do litoral.

Mas o que seria uma praça de mercado? Para responder a essa pergunta recorri novamente a antropologia. Segundo Mintz (1982), os mercados são instituições desenvolvidas pelas sociedades para facilitar as trocas de mercadorias e serviços dentro de um determinado ambiente social, cada sociedade desenvolve determinados tipos de regras compartilhados por todos, que geralmente é composto por um quadro gerencial dos intercâmbios que define um calendário e um local para as trocas e os agentes econômicos: os compradores, os vendedores, os financiadores, os agricultores, etc.

Dialogando com Mintz, Cyril Shirley Belshaw (1921) em *Troca tradicional e mercado moderno: modernização de sociedades tradicionais* (1968) sugere que os mercados também podem representar um local de armazém ou estocagem, sendo isso possível quando existam mercadorias duráveis e um determinado grupo responsável em manter o estoque ativo. É através desta função que o desenvolvimento do comércio se mantém devido à diferenciação entre produtor e comerciante. Dentro desta perspectiva, a *boma* acaba cumprindo a função de armazenamento, é nela que os escravizados são mantido sobre custódia do chefe da comunidade que espera a chegada das caravanas de comércio para vendê-los.

Aqui podemos observar a diferenciação entre produtor e comerciante. Aos chefes das comunidades donos das *bomas* pode ser reportados a função de produtores, eles conservam o tráfico de escravos e a continuidade da caça de elefantes e são os responsáveis por manter o estoque de marfim e escravos sempre abastecidos. No caso das caravanas de comércio, que em maioria são traficantes de escravos, esses cumprem o papel de comerciante, uma vez que eles são os agentes econômicos encarregados por transportar e comercializar os escravos e o marfim no litoral suaíli.

Outro ponto que podemos atribuir as *bomas* é sua função como instituição de intercâmbio que na sociedade capitalista é de responsabilidade dos bancos. As *bomas* e os bancos são modelos de instituições elaboradas por sociedades distintas e que cumprem objetivos parecidos: o de facilitar a troca de mercadorias dentro de um círculo social. Nesses locais o comportamento dos indivíduos é moldado pelos padrões de intercâmbio, fazendo com que as relações sociais ocorram muito além da simples troca de bens materiais. Em outras palavras, uma instituição de intercâmbio é um lugar de socialização onde a particularidade de cada grupo, a cultura, a religião, os valores e a classe social, acabam por interferir diretamente nas relações comerciais (BELSHAW, 1968; MINTZ, 1982).

Neste ponto em questão é fundamental fazer uma ressalva. Os antropólogos como Belshaw e Mintz, que se ocuparam em estudar sociedades pré-capitalistas e camponesas, deferentemente dos historiadores quase sempre tinha uma visão positiva dessas sociedades. Geralmente olhavam para

a permanência de estruturas socioculturais e valores tradicionais como se estes atuassem em um processo de resistência a modernidade, levando-os a algumas vezes desconsiderar a ação do tempo sobre as estruturas sociais.

O que quero dizer com isso é simples: *bomas* e bancos são instituições parecidas e não exatamente iguais, são parecidas por cumprem a função de intercâmbio de trocas e são diferentes porque estão em tempo e espaço diferentes. A sociedade que desenvolveu o banco não o fez com o mesmo objetivo da sociedade que construiu as *bomas*, os chefes africanos tinham preocupações além da facilitação das trocas comerciais e isso explique porque as funções das *bomas* iam muito além de uma simples praça de mercado.

Marshall David Sahlins (1930) foi outro antropólogo que teorizou a relação entre cultura e economia. Em *Cultura e razão prática* (1979) o autor investiga as trocas materiais e os aspectos socioculturais que nelas atuam. O objeto de uso dentro da relação de troca ganha dimensões além da econômica e sua qualidade deixa de ser utilitarista. Isso possibilitou aos pesquisadores a reconhecer a existência de uma razão cultural, um significado simbólico presente nos hábitos sociais do cotidiano: alimentação, vestuários, etc. Levando isso para o universo africano do século XIX imagino que o tecido de algodão ocupava, dentro das comunidades africanas, um aspecto maior que a relação de troca, um caráter simbólico que fazia desse item um artigo fundamental nas relações sociais entre os chefes africanos, as caravanas de comercio e os viajantes europeus.

Sahlins (1979) aponta que os objetos adquirem um sentido maior quando são contextualizados e, discutindo esse ponto de vista com a disciplina de história, podemos compreender um pouco sobre a função do tecido de algodão dentro das comunidades do interior da África. Na descrição de Giraud os chefes africanos demonstram muito apreço pelos tecidos de algodão, em especial os produzidos na Europa, talvez por possuírem estampas diferenciadas e coloridas. Os chefes são descritos pelo viajante vestindo saias de tecido estampados e adornos pelo corpo, o que demonstra uma diferenciação social frente aos demais membros da comunidade. Além disso, o tecido por um bem de difícil acesso é constantemente utilizado pelo viajante e

pelas caravanas como moeda de troca, seja na compra por marfim e/ou escravos ou como forma de presentes para os chefes da comunidade.

Esse caráter simbólico e cultural que o tecido de algodão expressa entre os africanos demonstra a não separação entre economia e cultura. Conforme Belshaw (1968), independente da sociedade em questão e do contexto histórico em que ela está inserida, o estudo das relações econômicas não pode ser pensado de forma separada das demais atividades humanas: organização política e social, relações de parentesco, religião, etc. A chave do desenvolvimento por meio do individualismo econômico, muito levando em consideração por algumas linhas teóricas, deve ser repensada se quisermos compreender o funcionamento das relações econômicas executadas pelos habitantes da África Centro-Oriental.

Assim, para uma compreensão mais abrangente e não preconceituosa das sociedades africanas, seja do passado ou do presente, a cultura e a economia devem ser pensadas de modo unificado, pois uma relação econômica é também uma interação cultural.

Conclusão

Concluo lembrando ao leitor que o texto é apenas um ensaio introdutório e ainda existe uma grande quantidade de leituras para alcançar uma ideia acabada. Autores como Karl Paul Polanyi (1886-1964) e Melville Jean Herskovits (1895-1963), responsáveis por grandes debates sobre economia, cultura e sociedade ao longo das décadas, necessariamente precisam ser revisitados e isso sem deixar de lado a disciplina de história e seus autores conceituais.

As disciplinas de antropologia e história se reaproximaram muito desde a década de 1970 e isso ampliou o olhar dos historiadores para novos temas. A antropologia desenvolveu conceitos e teorias para compreender as sociedades camponesas e não ocidentais, e será que todo esse conhecimento pode ser aplicado para o estudo do passado? No entanto, pensar a história econômica por meio da antropologia econômica se apresenta, em um primeiro instante, como algo no mínimo desafiador, mas pesquisa acadêmica é isso, tentativas,

erros, deduções, hipóteses, tudo está dentro do contexto da observação, menos a certeza absoluta.

Bibliografia

- BELSHAW, Cyril Shirley. **Troca tradicional e mercado moderno: modernização de sociedades tradicionais**. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 1968.
- COPANS Jean, **Introdução à Etnologia e à Antropologia**, Lisboa: Publicações Europa América, 1999.
- DOSSE, François. **A História em migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo-SP: Ensaio; Campinas-SP: Editora Estadual de Campinas, 1992.
- GIRAUD, Victor. **Los lagos del Africa Ecuatorial: Expedición tras los pasos del Dr. Livingstone**. Barcelona: Timun Mas, 1997.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MINTZ, Sydney. **Sistemas de mercado interno como mecanismos de articulación social**. Nueva Antropología, Año VI, n. 19, México, 1982.
- ORTNER, Sherry B. 2011. [1984]. **Teoria na antropologia desde os anos 60**. Mana, 17(2):419-466.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.